

**Angela Nicholls, *Almshouses in Early Modern England. Charitable Housing in the Mixed Economy of Welfare, 1550-1725*, Woodbridge, The Boydell Press, 2017, 279 p.**

A autora deste livro é professora associada no Departamento de História da Universidade de Warwick, Reino Unido. Atualmente, os seus estudos incidem sobre a pobreza ao longo da Época Moderna em Inglaterra, debruçando-se especificamente sobre as *almshouses*. Uma *almshouse* era “a house founded by charity, offering accommodation for poor people”<sup>1</sup> ou, segundo o dicionário de Cambridge, “a private house built in the past where old or poor people could live without having to pay rent”<sup>2</sup>; a sua existência prolongou-se até aos dias de hoje<sup>3</sup>.

A obra em apreço debruça-se sobre as *almshouses* no período balizado entre 1550 e 1725. Dividida em seis capítulos, os cinco primeiros traçam uma perspetiva global destas instituições e abordam aspetos como o enquadramento legal e normativo, motivações dos doadores e uma caracterização dos beneficiados, além de traçarem uma descrição do quotidiano nas *almshouses*. No fundo, são capítulos de síntese sobre a problemática abordada. A autora foca-se em três condados da Inglaterra moderna: Durham, a norte; Warwickshire, no centro; e Kent, a sul. Contudo, apesar do destaque das regiões mencionadas, Angela Nicholls nunca se esquece de usar exemplos de outras localidades, bem como dos seus intervenientes, fazendo, inclusive, ao longo de todo o estudo comparações bastante interessantes com os hospitais e *workhouses*. O sexto capítulo é um estudo de caso: a análise de uma *almshouse* da paróquia de Leamington Hastings, na ruralidade do condado de Warwickshire, ao longo do século XVII.

Numa obra com uma boa organização interna, a autora começa por esclarecer os leitores (sobretudo os leigos na matéria) sobre as diversas dinâmicas e especificidades das *almshouses* inglesas, chamando a atenção para os aspetos que considera mais importantes, e finaliza com um estudo de caso. Saliento ainda outro aspeto bem conseguido da obra: os seus anexos, com realce para

---

<sup>1</sup> *Oxford English Dictionary* (<https://en.oxforddictionaries.com/definition/almshouse>, consultado em 2018.03.07).

<sup>2</sup> *Cambridge English Dictionary* (<https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles/almshouse>, consultado em 2018.03.07).

<sup>3</sup> Atualmente as *almshouses* albergam cerca de 35 mil pessoas (<https://www.almshouses.org/>, consultado em 2018.03.07).

os três apêndices *online*<sup>4</sup> que fornecem informações bastante detalhadas sobre diversas instituições espalhadas por Inglaterra.

Menos conseguido parece-nos ser o suporte bibliográfico, contendo unicamente historiografia produzida em língua inglesa. Como consequência, e apesar das boas comparações com o panorama inglês, creio faltarem algumas confrontações com outras realidades europeias – escassas nesta obra – que seriam pertinentes num estudo deste caráter.

Tendo como matriz do estudo a problemática da pobreza, a autora utiliza como fio condutor as *almshouses* na *Early Modern England*, englobando não só os pobres, mas também os benfeitores que contribuíam de forma determinante para os auxiliar, qualquer que fosse o motivo. Logo no prólogo, refere: “they are curious institutions, built by the rich to be lived in by the poor, tangible representations of philanthropy, and visible demonstration of historic attitudes towards the poor” (p. 1).

No capítulo 1, *Housing Policy*, Angela Nicholls começou por analisar o enquadramento legislativo desenvolvido pela dinastia Tudor e, posteriormente, pela casa Stuart. Relembremos que, durante o período aqui balizado (1550-1725), a Inglaterra sofreu transformações profundas que alteraram não só as políticas régias, como a perceção de temas como a pobreza. Deste período, realço o papel que a criação da Igreja Anglicana teve na sociedade, a partir de Henrique VIII, e o seu impacto nos mais diversos estratos sociais, culturais e económicos (os impostos religiosos passam a reverter para o rei), sobretudo quando confrontado com o que se passava em relação à anterior religião predominante, o catolicismo. Saliento ainda a Revolução Inglesa no século xvii, entre os apoiantes do Rei e os Parlamentares, sob a batuta inicial de Oliver Cromwell. Entre outras consequências, assistimos à criação efêmera da Commonwealth of England e, posteriormente, ao surgimento da monarquia parlamentar. Feita esta pequena contextualização, abordada ao longo do livro e não apenas num só momento, a autora inicia o capítulo com a perceção política das duas dinastias sobre a pobreza, dominada por dois grandes problemas, a vadiagem e a ociosidade, e o seu controlo através da legislação. O capítulo 2, *Chronology and Distribution of Almshouse Foundations*, aborda, como o próprio

---

<sup>4</sup> O apêndice A mostra todas as *almshouses* existentes em Durham, Warwickshire e Kent de 1525 a 1725 (<http://boybrew.co/2fgqQU5>, consultado em 2018.03.07); o apêndice B mostra a fundação das *almshouses* por décadas (1560-1790) em 8 condados (Notts, Salop, W. Yorks, Dorset, Lincs, Kent, Warks e Durham) (<http://boybrew.co/2fjbuwk>, consultado em 2018.03.079); o apêndice C mostra os gastos de inúmeras *almshouses* por décadas (1550-1690) em 6 condados (Kent, Buckinghamshire, Norfolk, Yorkshire, Durham e Warwickshire) (<http://boybrew.co/2eiEZvD>, consultado em 2018.03.07).

título indica, a fundação das *almshouses*. Através de tabelas, gráficos e mapas, a autora demonstra não só as datas de fundação, como as receitas provenientes de impostos que revertiam para estas instituições, abordando também o impacto da reforma religiosa inglesa. Ao longo destas páginas, Angela Nicholls, sempre sustentada em bibliografia, sintetiza a evolução das *almshouses*, comparando-as com os hospitais e as *workhouses*, concluindo que “a complete chronology of post-Reformation almshouse foundation has yet to be written, but it seems that, in the years up to 1725, founding an almshouse was a widely popular form of charity, regional differences in pace and extent of foundation notwithstanding” (p. 55). Assinalo o que parece ser uma conceptualização nebulosa da autora, que usa indistintamente filantropia e caridade, o que faz aqui e nos restantes capítulos. O primeiro conceito, anacrónico para a época em apreço neste estudo, deriva de *philantropie* e apenas surge em “França em 1772 pela pena de Fénelon”, traduzindo-se no amor pelos homens<sup>5</sup>. A caridade é o amor a Deus e é porque se ama a Deus que se faz o bem àqueles que Ele ama: “a caridade estabelece assim a comunhão do divino com o humano e, como consequência, dos homens entre si”<sup>6</sup>. Deste modo, não se pode entender como filantropia, sendo dois conceitos distintos e até conflitantes, que não podem ser usados como sinónimos<sup>7</sup>.

Os capítulos 3 e 4 trazem à luz do dia as perspetivas de caráter mais propriamente social destas instituições. O primeiro aborda diversos fundadores e as suas motivações e o segundo os residentes e a sua vida nas *almshouses*. No que concerne ao terceiro capítulo, para uma perceção das diferentes especificidades e contextos, a autora divide a sua análise em subcapítulos: *Who Where the Donors?; The Role of Religion; Memorialisation; Status, Reputation and Responsibility; Religious Identify; e Order and Good Governance – the Commonwealth and the Anglican Restoration*. Como se pode observar, traça-se o perfil social dos beneméritos, sem nunca esquecer o contexto geral. Deste modo, segundo Angela Nicholls, apesar de a fundação destas instituições ser compreendida como uma resposta às necessidades sociais, não significa, contudo, uma resposta racional aos problemas da pobreza e aos sem-abrigo

---

<sup>5</sup> Maria Antónia Lopes, *Proteção social em Portugal na Idade Moderna: guia de estudo e investigação*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010, p. 27.

<sup>6</sup> Maria Antónia Lopes, *Pobreza, assistência e controlo social em Coimbra: 1750-1850*, vol. 1, Viseu, Palimage Editores, 2000, p. 62. Para uma melhor interpretação destes conceitos, bem como de outros essenciais para a compreensão desta temática, consultar Maria Antónia Lopes, *Proteção social...*, cit., p. 19-34 e *Pobreza...*, cit., p. 62-68.

<sup>7</sup> Outros exemplos podem ser dados, como: “Prior to the Reformation, the motivation behind all philanthropy is thought to have been principally religious”, p. 61.

de idade já avançada. Entenda-se também que a visibilidade da edificação das *almshouses* e a sua presença nas localidades era atrativa para os fundadores que “wished to be remembered and honoured by posterity” (p. 89). Quanto aos responsáveis pela administração dos seus estabelecimentos, poderiam também beneficiar do estatuto e reputação do fundador. Outro aspeto a salientar é a secularização destas instituições – e a emergência do humanismo no século XVI – depois da Reforma Anglicana. Apesar desta característica, “their founders were often deeply pious and adopted many overtly religious features from earlier establishments” (p. 89). Acresce, ainda, o facto de para muitos o imperativo religioso ser uma questão partidária, utilizando as *almshouses* para promover essa convicção. Em suma, a criação destas instituições permitiria, por um lado, ajudar os latifundiários a cumprir a sua obrigação de socorrer os mais desfavorecidos e, por outro, administrar uma *almshouse* provia as elites da oportunidade do exercício do patronato e do controlo dos recursos locais para o auxílio dos pobres, além de lhes possibilitar o estabelecimento de uma certa cultura governativa e de estabilidade social na sua comunidade.

Como havia referido, uma das lacunas desta obra é a escassez de comparações com outras instituições de assistência social na Europa Moderna, para uma perceção global desta problemática. Como exemplo, deixo uma pequena referência às Santas Casas da Misericórdia, existentes em Portugal, com algumas semelhanças no que diz respeito à gestão levada a cabo pelas elites locais, nas suas motivações e, até mesmo, no controlo de possíveis redes de sociabilidade originadas por estas<sup>8</sup>.

O quarto capítulo, *Almshouse Residents and the Experience of Almshouse Life*, encontra-se também dividido em vários subcapítulos, nomeadamente: *Rules of Eligibility; Age; Gender; Poverty; e Rules of Behaviour*. Numa caracterização global (intercalada entre referências bibliográficas e fontes), pode-se dizer, que contrariamente ao pensamento comum, os beneficiados não seriam sempre pessoas idosas, embora, para finais do período analisado, a

---

<sup>8</sup> Para uma perceção global das Santas Casas da Misericórdia, consultar José Pedro Paiva (coord.), *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, vol.1-10, Lisboa, União das Misericórdias, 2002-2017. Dividida em dez volumes, abordam-se as misericórdias desde a sua criação até à atualidade. O primeiro volume conta com textos de Isabel dos Guimarães Sá (de 1498 a 1580), Laurinda Abreu (1580 a 1755) e Maria Antónia Lopes (1755 a 2000). Os seguintes volumes, além de possuírem uma vasta e rica recolha de documentos, têm introduções muito completas e precisas sobre o panorama nacional das misericórdias de autoria das referidas historiadoras e de José Pedro Paiva, Ângela Barreto Xavier, Marta Lobo Araújo e Paulo Fontes. Por fim, o décimo volume, conta com textos da autoria de Ângela Barreto Xavier, Ana Isabel Coelho Silva, António Magalhães, Inês Amorim, Giuseppe Marcocci, Laurinda Abreu, José Pedro Paiva, Vítor Serrão, Maria Antónia Lopes e Isabel dos Guimarães Sá, abordando diversas temáticas relacionadas com estas instituições.

presença destas aumente. As mulheres residentes, por norma, eram vistas como problemáticas, tal como as crianças. Contudo, ambos os grupos poderiam ser tolerados, sobretudo quando realizavam tarefas domésticas ou outras para a instituição. As condições financeiras dos ocupantes também seriam decisivas, existindo, contudo, registos de uma crescente discriminação na parte final da época em estudo. Por fim, aborda-se o controlo interno das *almshouses*. A sua maioria não parece ter sido submetida a uma vigilância maior do que a restante população das comunidades onde se inseriam, embora nas instituições mais ricas tenham existido tentativas ocasionais de maior controlo, em grande parte ineficazes. Não obstante, as regras, embora formuladas e frequentemente ineficazes, mostram as ansiedades dos responsáveis “about the dangerous freedoms potentially enjoyed by their occupants” (p. 136). Em suma, existiram violações das regras, tanto dos utentes, como dos administradores destas instituições, que beneficiavam da sua posição para, por exemplo, alojarem alguém que não teria direito ao internamento. Deste modo, pode-se dizer que as regras de elegibilidade e de comportamento apenas personificariam um ideal, não a realidade.

O quinto capítulo, *The Material Benefits of an Almshouse Place*, também ele dividido em diversos subcapítulos, aborda a construção física das infraestruturas que albergavam as pessoas e caracteriza as acomodações. Por outro lado, realça também os benefícios dos pobres que usufruíam destas fundações. “The benefits the occupants received in these almshouses were surprisingly variable” (p.138), alterando-se consoante a riqueza da instituição (nas mais ricas, poderiam receber uma ajuda monetária regular, nas mais pobres, apenas usufruiriam de acomodação gratuita). Por fim, não podemos esquecer a caracterização das *almspeople*, bem como as suas estratégias de sobrevivência.

Finalizando, o sexto capítulo, *Case Study: a Seventeenth-Century Welfare Republic – the Parish of Leamington Hastings and its Almshouse*. Aqui, Angela Nicholls estudou uma *almshouse* numa paróquia de Warwickshire, abordando a sua fundação e manutenção, com base nas premissas atrás explicitadas. Segundo a autora, a escolha recaiu sobre esta *almshouse* por dois motivos: primeiro, a sua dimensão (8 pessoas), relativamente incomum para uma paróquia daquele tamanho; segundo, a existência de uma série de documentação da paróquia contemporânea, como os registos paroquiais de 1559, os *overseer’s accounts* de 1655 e os *Poors Plot charity* de 1671. Esta documentação, em conjunto com os testamentos, os *hearth tax returns*, alguns documentos senhoriais e de liquidação, além das *quarter sessions orders*, possibilita integrar a análise da instituição no contexto da paróquia.

A obra *Almshouses in Early Modern England. Charitable Housing in the Mixed Economy of Welfare, 1550-1725*, articula, por conseguinte, diversas perspetivas de análise crítica da história da pobreza, tendo por base uma instituição centenária e marcadamente enraizada na cultura inglesa. Por um lado, encontramos a dimensão social dos beneficiados, por outro, os homens que os auxiliam, independentemente das suas motivações pessoais ou ideológicas. É possível também aqui encontrar uma análise da cultura material que moldou as paróquias e contribuiu, de certa forma, não só para atestar o estatuto social dos doadores (e administradores da instituição), como também dos benfeitorizados.

Em jeito de conclusão, podemos dizer que a autora conseguiu pintar um quadro do que seria parte do auxílio prestado aos mais desfavorecidos ao longo dos séculos em apreço, numa época de profundas alterações sociais, culturais e económicas, sempre alicerçada em bons e diversificados exemplos, traduzidos num caso de estudo exemplificador da problemática abordada.

PEDRO J. BARBOSA DA SILVA

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra